

## A MODERNIDADE EM NOVOS MARES: UM COMENTÁRIO SOBRE “A ÉPOCA MODERNA”

### MODERNITY IN NEW SEAS: A COMMENTARY ON “A ÉPOCA MODERNA”

LUAN DE OLIVEIRA VIEIRA<sup>1</sup>

ARAÚJO, A; DORÉ, A; LIMA, L; MACHEL, M; RODRIGUES, R. (Orgs.). *A Época Moderna*. Petrópolis: Vozes, 2024, p. 633.

Esta resenha se propõe a apresentar o que os autores denominaram de primeiro manual de História Moderna, intitulado “A Época Moderna”, lançado no Brasil em 2024 pela editora Vozes. A obra — organizada por André de Melo Araújo, Andréa Doré, Luís Filipe Silvério Lima, Marília de Azambuja Ribeiro Machel e Rui Luis Rodrigues — possui 633 páginas de conteúdo, dividido entre uma introdução e quatro partes (I — “*Aspectos estruturais*”; II — “*Espaços e circulações globais*”; III — “*Transformações culturais*” e IV — “*Conflitos, revoltas e revoluções*”).

Cada parte do livro possui um número de capítulos e um enfoque: a primeira contém quatro capítulos e estabelece uma espécie de fundamento para o desenrolar dos acontecimentos históricos, tendo em vista a configuração sociopolítica do continente europeu; a segunda contém sete capítulos, tratando de um dos principais acontecimentos do contexto moderno, a chamada primeira globalização; a terceira contém seis capítulos e, seguindo o alargamento dos horizontes geográficos, discute choques e desenvolvimentos culturais correspondentes; a quarta contém quatro capítulos que são guiados pelo debate envolvendo a

---

<sup>1</sup> Licenciado em História na Universidade Federal de São Paulo. Mestrando no programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de São Paulo. Trabalho realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo n.º 2024/12284-8. E-mail: luan.vieira765@gmail.com.

conceitualização moderna de “Revolução”, portanto versam sobre deslocamentos no funcionamento político do espaço euro-atlântico.

Os vinte e um capítulos são escritos em dupla; exceto o de n.º 16, “*Mulheres, gênero e cultura letrada*”, elaborado por três autoras. No total, são trinta e cinco autores,<sup>2</sup> e alguns participam de mais de um capítulo. Por exemplo, Rui Luis Rodrigues está no capítulo de n.º 2, “*O papel estruturante da religião*”, e no capítulo de n.º 12, “*Renascimento e Humanismo*”. Não é apresentada a razão para tal divisão em duplas, mas é possível supor que os organizadores buscaram textos “debatidos”, isto é, mesmo que ambos escritores concordassem com uma determinada corrente historiográfica, haveria debates durante a construção argumentativa do capítulo. Essa busca por debates é central à proposta do livro.

Na primeira parte da introdução, “*Historiografias das épocas modernas*”, há aprofundamento. A primeira frase do livro, “O que entendemos por Época Moderna?” (p. 12), explicita o objetivo de debater o significado de fazer a história de uma época chamada de “moderna” a partir do Brasil. Tal conceitualização é historicizada em diferentes aspectos: desde sua relação com o contemporâneo, suas possíveis divisões e, sobretudo, sua periodização. Para resumir, vale atentar que cada escolha acaba por priorizar certos recortes espaço-temporais, alguns elementos de uma determinada realidade e, no limite, uma narrativa histórica (p. 12-13).

Contudo, enquanto há uma imensa possibilidade de escolhas, até hoje não se estabeleceu um consenso sobre o que é a Época Moderna (p. 13-20). No Brasil, por vezes, esse campo historiográfico foi lido a partir de um encadeamento com a História Contemporânea. Foi somente com a consolidação do Sistema Nacional de Pós-Graduação, ao final da década de 1990, e, principalmente, com a expansão do ensino superior nos anos 2000 que a área conquistou maior autonomia em relação ao *telos* que antes a orientava, abrindo espaço para novas linhas de pesquisa sobre a Época Moderna em si. Era um momento para,

---

<sup>2</sup> Autores dos capítulos em ordem alfabética: Adone Agnolin, Anadir dos Reis Miranda, Andréa Doré, André de Melo Araújo, Antônio David, Beatriz Polidori Zechlinski, Bruna Soalheiro, Bruno Kawai Souto Maior de Melo, Célia Cristina da Silva Tavares, Cristine Tedesco, Daniel Gomes de Carvalho, Daniel Pimenta Oliveira de Carvalho, Elisa Fruhauf Garcia, Jacqueline Hermann, João de Azevedo e Dias Duarte, José Carlos Vilardaga, José Rivair Macedo, Leonardo Marques, Luís Filipe Silvério Lima, Marcos Sorrilha Pinheiro, Marília de Azambuja Ribeiro Machel, Marina Bezzi, Maximiliano Mac Menz, Monica Lima e Souza, Otávio Luiz Vieira Pinto, Patricia Souza de Faria, Rodrigo Faustinoni Bonciani, Ronaldo Vainfas, Rui Luis Rodrigues, Silvia Patuzzi, Suelen Siqueira Julio, Thiago Henrique Mota, Thomás A. S. Haddad, Verônica Calsoni Lima e Wolfgang Lenk.

como diria Christopher Hill, uma nova geração colocar novas perguntas à História. Nesse contexto, uma das principais frentes foi a reformulação, agora em chave imperial, da reflexão sobre a história colonial e a formação do Brasil. Era a oportunidade para realizar uma crítica da ideia de Modernidade que, formada no século XIX, estava na base da construção de um discurso de superioridade que legitimou as ações imperialistas da política europeia (p. 22). O livro propõe debater, nessa chave, o que se pode chamar de Época Moderna a partir das pesquisas e cursos universitários do Brasil (p. 19).

Essa escolha é central ao desenvolvimento do livro, visto que a cronologia adotada, que vai do século XV até o XVIII, é estabelecida via instituições de ensino brasileiras. Entretanto, e mais importante do que isso — até porque a cronologia é constantemente tensionada ou revista em função dos objetos e problemas enfrentados ao longo da obra —, os autores da introdução (os mesmos que organizaram a obra) indicam a negação do “nacionalismo metodológico”, descrito como enfoque excessivo ao processo de formação da nação tal como concebido no século XIX. A nosso ver, essa crítica por si só não compõe uma metodologia para tratar a História Moderna, funcionando mais como uma espécie de premissa metodológica.

A segunda parte da introdução, “*Moderno e Modernidade*”, indica outra premissa metodológica, estreitamente associada à primeira. Isso porque o “nacionalismo metodológico”, em resumo, tinha raízes no modo como o conhecimento histórico foi *disciplinado* na Europa, servindo de modelo para interpretações de diversas temporalidades, inclusive daquela que compete ao livro. Com isso em mente, os autores seguem em direção oposta: seu objetivo é afirmar a existência de “múltiplas modernidades”. Afinal, na Época Moderna, ocorreram contatos entre as quatro partes do mundo, e, mesmo que não deva ser entendida em termos globais, convém ao menos uma compreensão intercontinental e transoceânica (p. 22), que explore as *modernidades* na África, na América e na Ásia. Como é explicado (p. 24), tal premissa não busca excluir a origem da discussão no espaço europeu, mas abrir também o debate para perspectivas locais e globais de outros espaços. É uma iniciativa para dialogar — uma aposta que um explique o outro e vice-versa —, com o intuito de que esse conjunto de textos contribua para delinear várias modernidades.

Um dos grandes diferenciais da proposta do livro é sua fundamentação nessas premissas metodológicas, e não em uma metodologia rígida. Elas apontam o *inimigo* comum

a ser enfrentado pelos autores: o “nacionalismo metodológico”, responsável por encadear os acontecimentos históricos em uma narrativa que adota em uma concepção mais restrita de espaço-tempo — como é o caso da modernidade europeia. O modo como será enfrentado, todavia, fica em aberto. Ou seja, as premissas metodológicas afirmam o direcionamento inicial, mas não indicam o ponto de chegada. Em hipótese, é por isso que os capítulos foram escritos por mais de uma pessoa, permitindo debates sobre como enfrentar essa questão.

O resultado é um escrito orientado por uma concepção de História que, distanciando-se de um saber inserido em um projeto político marcado por sua homogeneidade, realiza um desprendimento, inclusive em termos de metodologia, que permite uma perspectiva mais abrangente sobre os acontecimentos da Época Moderna. Daí surge um dos principais diferenciais da obra: apesar de esse recorte histórico ter nascido na Europa, os pesquisadores e professores brasileiros o reenquadram em novos mares. Para além de “provincializar” a Europa, o maior feito desse processo é expor limites, levar à margem, desnaturalizar o que antes era hábito. A consequência são capítulos como: “*Trajetórias indígenas*” (II, c. 11), “*O Atlântico e as modernidades alternativas*” (II, c. 6), “*África atlântica e Europa Moderna*” (II, c. 7), “*Modernidade islâmica*” (II, c. 8), “*O espaço índico*” (II, c. 9), “*O Leste Asiático*” (II, c. 10) e “*Mulheres, gênero e cultura letrada*” (III, c. 16).

Como não há uma metodologia fixa que transpasse o livro, ocorrem debates sobre ela ao longo de suas páginas. É um trabalho aberto a diferentes abordagens perante a História, desde econômicas até outras mais culturalistas. Para exemplificar, não se restringe ao enfoque de Fernand Braudel, mesmo que ele seja muito articulado no primeiro capítulo, “*Agricultura e sociedade rural*”, destrinchando elementos que transcendem a formação de uma economia-mundo. Da mesma maneira, não se limita a Roger Chartier e suas interpretações sobre o impacto dos escritos, ainda que ele seja recorrente nas citações do capítulo de n.º 13 da parte III, “*O mundo dos impressos*”, para tratar da cultura moderna.

É evidente que há recorrências, como alinhamentos com a História Global, preocupação que se manifesta em diversos capítulos, mas não em todos, algo simbólico para a análise da obra. Por exemplo, o capítulo de n.º 4 da parte I, “*Capitalismo*”, justifica que analisará a Europa, porque interpreta que suas transformações podem ser lidas em perspectiva global (p. 149); já o capítulo de n.º 3 do mesmo segmento do livro, “*Sistemas políticos e estruturas de poder*”, não expõe, ao menos em nossa leitura, preocupações do tipo (p.

97-125). Com isso, podemos assumir fluidez no processo de construção da obra. Os autores possivelmente detinham liberdade para articular-se em relação às premissas, e, se assim for, a recorrência de um enfoque menos eurocentrado é indicativo, antes de mais nada, de desenvolvimentos próprios às pesquisas e cursos universitários do Brasil. Seja como for, esses desdobramentos são colocados à prova para responder, cada um a seu modo, a pergunta introdutória.

O desafio dos autores parece ter sido demonstrar, de forma didática, como certos aspectos da realidade — como os avanços no conhecimento geográfico (I, c. 5), humanista (II, c. 12) ou científico (II, c. 15) — se integram às múltiplas modernidades. E importa ressaltar essa forma didática porque, ao que tudo indica, os capítulos foram escritos para o “grande público” — curiosos em História, professores da educação básica ou estudantes do ensino superior —, pois os textos são bem encadeados e possuem uma linguagem relativamente acessível. Também por isso, ao final de cada capítulo, em vez do usual — uma lista de referências bibliográficas utilizadas na construção da argumentação —, apresenta-se uma bibliografia comentada. Por exemplo, o capítulo de n.º 2 da parte I, *“O papel estruturante da religião”*, não somente lista o trabalho de Jonathan Israel (2009), como também descreve sua abordagem, contribuição e impacto na historiografia. Assim, os autores estão incumbidos de introduzir um determinado espaço-tempo, não o esgotar. A proposta do livro, como já vimos, não parece deter a intenção de eleger uma narrativa que esgote os temas, e sim abrir o caminho para diversos debates.

Em um breve adendo, vale considerar que a intenção desses capítulos, de introduzir um determinado espaço-tempo, torna necessária a construção de uma narrativa, e existe certa proporcionalidade: quanto melhor narrado, mais fácil é a compreensão do leitor. Contudo, durante a criação dessas narrativas, o autor precisa adotar certos caminhos de como contar a História, o que falar e o que deixar de fora. Como o bom leitor já consegue imaginar, o recorte adotado pode facilmente suscitar objeções entre os especialistas de uma mesma área. Com esse simples raciocínio lógico, para evitar os meandros da Teoria da História, gostaríamos de indicar que há perspectivas em disputa no livro, e o mesmo leitor poderá captar isso, adotar seu lado ou discordar de ambos, tirar suas próprias conclusões; seja como for, interagir com a História e historiografia que lhe é revelada. Por exemplo, de que lado estará o leitor em relação à “teoria da confessionalização”? Ela é operativa para aprofundar nas relações entre

religião e política na Época Moderna, como narrado no último capítulo que citamos (p. 72-73), mas é também digna de revisão, com observado nas conclusões do capítulo de n.º 14 da parte III, “*Reformas religiosas*”, posto que é prudente considerar certos eventos em suas motivações religiosas, e não políticas. Enfim, resta o debate.

Encaminhando à conclusão, gostaríamos de especular alguns motivos para o possível interesse no manual. Ao público geral, ele interessa por ser o mais completo e abrangente no assunto, capaz de saciar a curiosidade sobre os mais diversos tópicos envolvendo três séculos de História. A obra também pode ser um meio de introduzir o público não acadêmico nos debates historiográficos envolvendo a História Moderna. Não obstante, os vinte e um capítulos são importantes para todos os professores de História que participam do ciclo da educação básica, pois, além de fornecer excelente insumo para aprimorar as aulas “tradicionais” — a exemplo do capítulo n.º 17 da parte III, “*O Iluminismo*” —, todos possuem bibliografias comentadas que permitem ao docente pesquisar outras referências para a construção de novas dinâmicas pedagógicas. Ainda falando sobre pesquisa, a obra é uma excelente aquisição aos estudantes universitários que buscam aprofundar-se em seu curso de História Moderna, também aos que desejam notas-de-rodapé para uma iniciação científica ou até — e isso pode ser mais interessante — aos que pretendem desenvolver um trabalho um pouco mais crítico sobre ela. Trata-se da possibilidade de considerar esse manual como fonte de pesquisa, uma vez que ele se propõe a ilustrar parte do campo historiográfico especializado em História Moderna no Brasil.

Em suma, é próprio da escrita da História o desejo por navegar, estabelecendo, geração após geração, novos mares. Aos próximos tripulantes, esse manual funcionará como mapa, não somente para conhecer a constelação das várias modernidades, mas principalmente para refletir sobre uma possível redefinição na forma como compreendemos a História e a historiografia da Época Moderna no Brasil. Esse tema, a conceitualização, é extensamente discutido na parte IV, “*Conflitos, revoltas e revoluções*”, no final do livro. Portanto, para encerrar por aqui também, vale citar a advertência à Luís XVI, pois, à indagação do rei, “É uma revolta?”, concluímos que, “Não, sua majestade, é uma revolução!”.